



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com



Imagem: Pácor.com

Brasília registra mais de 32 mil pessoas em uniões homoafetivas, diz IBGE

Censo de 2022 revela o crescimento expressivo das uniões entre pessoas do mesmo sexo, e acompanha salto nacional.

DF tem maioria de uniões femininas e perfil concentrado entre 30 e 44 anos.



Casamento coletivo na parada gay de Brasília

O Brasil vive uma transformação silenciosa, porém profunda, na composição de suas famílias. Entre 2010 e 2022, o número de casais homoafetivos no país cresceu de 58 mil para 480 mil, segundo o Censo Demográfico do IBGE.

Esse salto de 728% em apenas 12 anos revela não apenas uma maior formalização dessas uniões, mas também uma sociedade mais aberta à diversidade afetiva.

Em Brasília, esse movimento é igualmente expressivo. A capital federal registrou, em 2022, 32.072 pessoas vivendo em uniões homoafetivas, o que representa um recorte significativo da diversidade conjugal local.

A cidade acompanha a tendência nacional, com predominância de casais formados por mulheres (55,8%) e maior concentração nas faixas etárias entre 30 e 44 anos, período associado à estabilidade econômica e social.

Em 2010, o Distrito Federal havia registrado cerca de 1.500 uniões homoafetivas, número que saltou para 32.072 em 2022, segundo o IBGE — um crescimento de mais de 2.000%. A capital federal acompanha o avanço nacional, com predominância de casais formados por mulheres e perfil concentrado entre 30 e 44 anos.

Esse avanço é atribuído a fatores como maior visibilidade e aceitação social e a decisões judiciais importantes, como a do Supremo Tribunal Federal que em 2011 equipa-

rou uniões homoafetivas às heteroafetivas. É importante destacar também a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2013, que obrigou cartórios a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Essas decisões contribuíram para a formalização das relações e para a segurança jurídica dos casais, especialmente em questões como sucessão, adoção e previdência.

Além disso, o perfil educacional elevado e a predominância de mulheres nas uniões homoafetivas em Brasília refletem tendências nacionais e indicam que a capital está alinhada com os avanços sociais e legais do país.

Perfil por gênero e idade

Os dados mostram que 17.900 mulheres vivem em união homoafetiva em Brasília, contra 14.172 homens. As faixas etárias com maior número de registros são:

- Mulheres:**
- 30 a 34 anos: 3.825
 - 35 a 39 anos: 4.011
 - 40 a 44 anos: 4.104
- Homens:**
- 30 a 34 anos: 1.883
 - 35 a 39 anos: 2.051
 - 40 a 44 anos: 2.207

A presença de casais homoafetivos em todas as faixas etárias — inclusive entre os mais jovens e idosos — reforça a ideia de que essas uniões estão cada vez mais visíveis e reconhecidas, embora ainda enfrentem desafios como subnotificação e preconceito.

Brasil: panorama nacional

No cenário nacional, as uniões homoafetivas passaram a representar 0,7% dos domicílios brasileiros em 2022, contra apenas 0,1% em 2010. A maioria dessas uniões é consensual (77,6%), seguida por casamentos civis (13,5%), civis e religiosos (7,7%) e apenas religiosos (1,2%).

A distribuição regional mostra maior concentração no Sudeste (48,1%), seguido pelo Nordeste (22,1%), Sul (14,9%), Centro-Oeste (8%) — onde Brasília se insere — e Norte (6,9%).

Escolaridade e religião

O perfil educacional dos cônjuges também revela avanços:

- 31% têm ensino superior completo
 - 42,6% têm ensino médio completo ou superior incompleto
 - 13,4% têm ensino fundamental incompleto ou nenhuma instrução
 - 13% têm fundamental completo ou médio incompleto
- Quanto à religião, os dados indicam que:
- 45% são católicos
 - 13,6% evangélicos
 - 21,9% não têm religião
 - 19,5% seguem outras crenças

Esses números contrastam com o perfil religioso da população geral, onde os católicos representam 56,7% e os evangélicos 26,9%.

Veja o comparativo Censo 2010 x Censo 2022

Censo 2010
- Total de uniões homoafetivas no DF: aproximadamente 1.500
- Proporção nacional: 0,1% dos domicílios brasileiros
- Perfil predominante:
- Maioria de casais femininos
- Alta escolaridade: 25,8% com ensino superior completo
- Predominância de pessoas brancas (47,3%) e pardas (39%)
- 45% dos cônjuges eram católicos; 21,9% sem religião
Censo 2022
- Total de pessoas em uniões homoafetivas no DF: 32.072
- Mulheres com mulheres: 17.900
- Homens com homens: 14.172
- Proporção nacional: 0,7% dos domicílios brasileiros
- Faixa etária predominante:
- Entre **30 e 44 anos, com destaque para mulheres de 35 a 39 anos (4.011)
Tipo de união:
- 77,6% são consensuais (união estável)
- 13,5% casamento civil
- 7,7% civil e religioso
- 1,2% apenas religioso
Escolaridade:
- 31% têm ensino superior completo
- 42,6% têm médio completo ou superior incompleto
Religião:
- 45% católicos
- 13,6% evangélicos
- 21,9% sem religião

242 pessoas entre 10 e 14 anos vivem em união homoafetiva no DF

Wellington Hanna/Reprodução TV Globo



Parada LGBTQIA+ em Brasília

O Censo 2022 trouxe informações que pessoas de 10 a 14 anos, residentes no DF, em união homoafetiva. São 242 pessoas. Segundo os dados, 210 mulheres moram com mulheres e 32 homens vivem com outros homens.

Esses números representam menos de 1% do total de pessoas em uniões homoafetivas na capital federal (32.072). É importante destacar que o Censo considera como “vivendo em união” qualquer pessoa que tenha declarado estar em união estável ou casamento, independentemente da idade — o que pode incluir casos de emancipação, erros de declaração ou situações não convencionais.

É preciso observar umas considerações importantes. Legalmente, o casamento ou união estável entre menores de 16 anos é proibido no Brasil, salvo exceções com autorização judicial e

consentimento dos responsáveis.

Socialmente, é incomum que pessoas entre 10 e 14 anos estejam em união formal. Esses dados, segundo o IBGE, podem refletir casos de emancipação precoce, erros de preenchimento ou interpretação na coleta do Censo ou, ainda, situações de coabitação informal que foram declaradas como união.

A tabela divulgada não especifica diretamente o tipo de união (consensual, civil, religiosa) por faixa etária, mas é possível identificar que, no geral, 77,6% das uniões homoafetivas são consensuais (união estável), 13,5% são casamentos civis, 7,7% são civis e religiosos e 1,2% apenas religiosos.

Dado o perfil etário, é provável que a maioria dessas uniões entre 10 e 14 anos tenha sido registrada como consensual, embora isso não signifique legalidade ou formalização jurídica.



Cartaz do lançamento da cachaça Natasha

Casa Studart lança cachaça suave

Jornalista e agora mestre cachaceiro, Hugo Studart se prepara para mais um lançamento de sua Casa Studart: a cachaça Suave Natasha, duplo carvalho. É uma cachaça ideal para harmonizar com tabacos suaves.

“Natasha é minha filha muito amada. Já lançamos uma cachaça em homenagem a meu pai (Velho Bugre), minha mãe (Dona Margot) e meu bisavô (Charles Gordon). Então minha filha intelectual, artista plástica e professora universitária com mestrado em Arte Contemporânea, pediu ao pai coruja uma cachaça para ela”, explica Hugo. “Por óbvio, tinha que ser muito especial. Suave Natasha saiu frutada, com perfume e sabor de damasco, maçã e baunilha, com 38% de teor alcoólico.”

O lançamento acontece na próxima terça-feira (11), a partir das 19h, na Figueira da Vila, na Vila Planalto. Casa Studart é uma Cachaçaria Premium, com tradição em destilados.

Esquema de corrupção no Detran

Servidores cobravam propina para facilitar transferências de veículos

Por Thamiris de Azevedo

Durante a Operação Wrong Way, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) desarticulou um esquema de corrupção dentro do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF). A ação cumpriu 45 mandados de busca e apreensão, entre documentos e equipamentos, mobilizando cerca de 120 policiais civis em diversas regiões do DF e cidades do Entorno.

As investigações, conduzidas ao longo de um ano, apontam que servidores do órgão, de outros suspeitos, atuavam de forma irregular na emissão de Autorizações de Transferência de Propriedade de Veículo (ATPV-e) em troca de pro-

pinas. Os acusados cobravam cerca de R\$ 150 por processo para facilitar a transferência de automóveis sem a conferência da documentação exigida.

De acordo com a PCDF, o esquema era sofisticado e o grupo contava com o apoio de pelo menos 15 empresas do setor automotivo, que funcionavam como despachantes informais. Os estabelecimentos prometiam entregar os carros “já transferidos” aos compradores, sem a necessidade de comparecimento ao Detran. Estima-se que centenas de autorizações tenham sido emitidas de forma ilegal nos últimos quatro anos, beneficiando pelo menos 36 empresários. Os servidores usavam suas credenciais no Sistema de Gestão de Trânsito

para burlar etapas do processo e favorecer as empresas parceiras.

Em nota à reportagem, o Detran afirma que desde o início da atual gestão tem atuado de forma integrada com os órgãos competentes com o objetivo de identificar e desarticular fraudes que, por anos, comprometeram a credibilidade da instituição e prejudicaram o cidadão. O Departamento afirma que os servidores identificados serão afastados de suas funções e responderão a processo administrativo disciplinar.

Segundo o órgão policial, a primeira fase da investigação foi deflagrada em março deste ano, ocasião em que foram encontradas dezenas de autorizações fora do ambiente institucional do Detran. À época

do fato, o Correio da Manhã noticiou a operação e apurou que as denúncias começaram na Ouvidoria do DF, indicando que servidores cobravam R\$ 50 para emitir transferências sem a documentação obrigatória. As investigações revelaram 14 transações suspeitas envolvendo servidores e uma agência de revenda de veículos. Os dois profissionais do Detran, envolvidos nessa primeira fase, foram afastados das unidades de Brasília e do Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA).

A investigação também identificou movimentações bancárias incompatíveis com os rendimentos dos servidores, em alguns casos, o montante movimentado superava dez vezes o salário mensal dos investigados.



Esquema cobrava propina para transferir veículo

Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasil